

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE TERMO ADITIVO A CONTRATO DE GESTÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO

Contrato de Gestão nº R 015/2015-SMS/NTCSS	Peça 6, fls. 1/50
Processo Administrativo nº 2014-0-337.121-7	Peça 6, fl. 1
Unidade Contratante: Secretaria Municipal da Saúde – SMS	Peça 6, Fl. 2
Entidade Contratada: SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, CNPJ nº 61.699.567/0001-92	Peça 6, Fl. 2
Objeto original contratado: Gerenciamento e execução das ações e serviços de saúde em Unidades de Saúde da rede assistencial dos Distritos Administrativos Vila Prudente e São Lucas da Supervisão Técnica de Saúde (STS) Vila Prudente/Sapopemba	Peça 6, Fl. 2
Vigência contratual: 31.07.15 a 30.07.20 (60 meses)	Peça 6, Fl. 4
Valor Original do Contrato (12 meses): R\$ 43.429.816,74	Peça 6, Fl. 19

2. ANÁLISE DO ADITAMENTO

2.1. Identificação do Termo de Aditamento

Termo de Aditamento nº 006/2016 Data de assinatura: 01.12.16	Peça 6, Fls. 376/377
Objeto do aditamento: Alteração da cláusula contratual que trata da periodicidade de pagamento mensal das despesas de custeio.	Peça 6, Fl. 376

Vigência do aditamento: 01.12.16 a 30.07.20	Peça 6, Fl. 377
Valor do aditamento: O valor do contrato não foi aditado.	Peça 6, fls. 376/377

3. DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS QUE PRECEDEM A FORMALIZAÇÃO DO T.A.:

3.1. Justificativa por parte da Origem para o aditamento (**art. 37 da CF/88 e art. 81 da LOM/SP**).

☒ **Sem irregularidade(s)** ☐ **Com irregularidade(s)**

Peça 6, Fls. 288/290

A Origem justifica para a celebração do presente termo aditivo que o pagamento, conforme era feito anteriormente (quinto dia útil do mês consignado), ocorria anteriormente a efetivação da despesa, “já que as despesas autorizadas em um determinado mês são pagas no mês subsequente, notadamente, a folha de pagamento”. Considerando essa situação, um cenário econômico que estava dando sinais de contração, e que “o não repasse do plano de trabalho no mês consignado não afeta o caixa das OSS, o pagamento mensal para as parceiras passa a ser realizado em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas a serem pagas até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente”.

3.2. Detalhamento e embasamento dos valores que compõem o montante estimado do aditamento.

☐ **Sem irregularidade(s)** ☐ **Com irregularidade(s)** ☒ **N.A.**

3.3. Análise prévia do termo aditivo pela Assessoria Jurídica da SMS (**art. 24, parágrafo 2º, do DM 52.858/11**).

☒ **Sem irregularidade(s)** ☐ **Com irregularidade(s)**

Peça 6, fl. 300

3.4. Comprovação da regularidade jurídico-fiscal, nos termos do Decreto nº 44.279/03 (certidões de FGTS, INSS e de regularidade perante a Fazenda Pública Municipal), e de satisfatória situação econômico-financeira (**art. 27, inciso II e §§1º e 2º do DM 52.858/11**).

☐ Sem irregularidade(s) ☒ Com irregularidade(s)

Peça 6, fls. 295/298

Não houve comprovação de satisfatória situação econômico-financeira da Contratada.

3.5. Em caso de alterações no plano de trabalho (art. 28, incisos I a IV, do DM 52.858/11):

a) Especificação das alterações.

☐ Sem irregularidade(s) ☐ Com irregularidade(s) ☒ N.A.

b) Detalhamento do valor orçado.

☐ Sem irregularidade(s) ☐ Com irregularidade(s) ☒ N.A.

c) Definição de metas operacionais, indicativas de melhoria da eficiência e qualidade do serviço, no tocante aos aspectos econômico, operacional e administrativo, bem como os respectivos prazos e cronograma de execução.

☐ Sem irregularidade(s) ☐ Com irregularidade(s) ☒ N.A.

d) Definição de indicadores para avaliação de desempenho e de qualidade na prestação dos serviços.

☐ Sem irregularidade(s) ☐ Com irregularidade(s) ☒ N.A.

4. DA APROVAÇÃO DO INSTRUMENTO

4.1. Comissão de Avaliação (§ 1º do art. 6º e art. 7-A da LM 14.132/06, atualizada pela LM 14.664/08, e inciso I do art. 19 e art. 20 do DM 52.858/11).

a) Análise prévia da minuta do termo aditivo (anterior à assinatura).

☐ Sem irregularidade(s) ☒ Com irregularidade(s)

Não consta no processo administrativo a aprovação do termo aditivo pela Comissão de Avaliação.

b) Atendimento ao quórum mínimo (cinco membros para análise e aprovação da minuta do contrato).

☐ Sem irregularidade(s) ☒ Com irregularidade(s)

Vide item **4.1 a**.

4.2. Aprovação do aditamento, mediante parecer circunstanciado, pelo Conselho de Administração da entidade qualificada como organização social (**parágrafo 1º, do art. 6º da LM 14.132/06 e ao art. 19, inciso III, do DM 52.858/11**).

☐ Sem irregularidade(s) ☒ Com irregularidade(s)

Não consta no processo administrativo a aprovação do termo aditivo pelo Conselho de Administração da Organização Social.

5. DO DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO PARA ADITAMENTO

5.1. Exarado pelo Secretário Municipal da Saúde.

☒ Sem irregularidade(s) – Data: **31.11.16** ☐ Com irregularidades Peça 6, fl. 301

5.2. Publicação no Diário Oficial da Cidade

☒ Sem irregularidade(s) – Data: **01.12.16, p.96** ☐ Com irregularidades Peça 6, fl. 1151

6. DO EMPENHO

Notas de Empenho: Não se aplica

6.1. Suficiência do valor empenhado previamente para atender à despesa prevista para o exercício (**art. 61 da LF 4.320/64; DM 23.639/87**)

☐ Sem irregularidade(s) ☐ Com irregularidade(s) ☒ N.A.

6.2. Adequação da dotação onerada (**Portaria nº 163/2001 - STN**)

☐ Sem irregularidade(s) ☐ Com irregularidade(s) ☒ N.A.

7. DO TERMO ADITIVO

7.1. Publicação do inteiro teor do Termo Aditivo no Diário Oficial da Cidade. (**art. 16, inciso I do DM 52.858/11**)

☒ (x) Sem irregularidade(s) - DOC de 21.12.16, p. 66 ☐ () Com irregularidade(s) Peça 6, fl. 1152

7.2. Divulgação no Cadastro Municipal Único de Entidades Parceiras do Terceiro Setor – CENTS (<http://www3.prefeitura.sp.gov.br/CENTS.WEB>) do inteiro teor do aditamento **(art. 16, inciso II, letra “a” do DM 52.858/11).**

☒ (x) Sem irregularidade(s) ☐ () Com irregularidade(s)

Consultado o site em 20.03.20.

7.3. No caso de inclusão de novas unidades de saúde, cláusula que discrimine, expressamente, os bens públicos cujo uso será permitido, observadas as regras estabelecidas nos artigos 14 e 15 da Lei nº 14.132, de 2006 **(art. 46 do DM 52.858/11).**

☐ () Sem irregularidade(s) ☐ () Com irregularidade(s) ☒ (x) N. A.

7.4. No caso de inclusão de novas unidades de saúde, inventário prévio dos bens objeto da permissão, estando os mesmos relacionados em anexo integrante do aditamento **(art. 46, parágrafo 3º, do DM 52.858/11).**

☐ () Sem irregularidade(s) ☐ () Com irregularidade(s) ☒ (x) N. A.

8. OBSERVAÇÕES ☒ (x) N. A.

9. RESPONSÁVEL PELA AUTORIZAÇÃO

Nome	Cargo	RF
Célia Cristina Pereira Bortoletto	Secretária Municipal de Saúde – Adjunta à época	Vide Peça 9

10. CONCLUSÃO

Diante da análise efetuada, concluímos que o Termo Aditivo nº 006/2016 ao Contrato de Gestão nº R015/2015 apresenta as seguintes irregularidades:

10.1. Não houve comprovação de satisfatória situação econômico-financeira da Contratada, em descumprimento ao art. 27, inciso II e §§1º e 2º, do DM 52.858/11 **(item 3.4);**

- 10.2.** Não consta no PA análise da minuta do Termo Aditivo pela Comissão de Avaliação, em dissonância ao inciso I do art. 19 e ao art. 20 do DM 52.858/11 (**itens 4.1.a e 4.1.b**);
- 10.3.** Não consta aprovação do Termo Aditivo pelo Conselho de Administração da OS, em dissonância ao inciso III do art. 19 do DM 52.858/11 (**item 4.2**);

Em 31.08.20

Em

RAÍSSA BRANCO GRIZZE
Agente de Fiscalização

MARIANA MENDES CRUZ FERREIRA
Supervisora de Equipes de Fiscalização e
Controle 7 - Substituta